

Editorial

Dep. Anderson Aauto (Presidente da Assembléia)

A edição número oito dos "Cadernos da Escola do Legislativo" vem a público quando estamos encerrando o primeiro período da presente sessão legislativa, dentro do calendário da 14ª Legislatura. Coincide com momento de significação para a vida nacional, ao se intensificarem as demandas populares para reformulação do pacto federativo e da política econômica.

As reformas institucionais, ora em andamento no Congresso Nacional, constituem processo irreversível, cuja conclusão é aguardada com interesse por todo o povo brasileiro. Até agora, a centralização de poderes na esfera da União levou-nos a diretrizes distanciadas do projeto social. O resultado é que se alargou o fosso existente entre a minoria dos privilegiados e a maioria dos excluídos. A injusta distribuição da riqueza nacional, a dilapidação do patrimônio público, a subserviência de Estados e municípios à vontade autocrática da matriz presidencialista, eis aí alguns aspectos contra os quais os brasileiros - Minas Gerais à frente - estão-se rebelando. Nesse panorama, é positivo verificar que esta Assembléia marca presença, ao apoiar e incentivar as transformações exigidas por nossa sociedade.

Sem falsa modéstia, podemos afirmar que os "Cadernos da Escola do Legislativo" já se tornaram referencial para os que acompanham a evolução do processo político e o avanço na realidade socioeconômica. A razão está na atualidade de suas matérias e na autoridade dos que as assinam, como podemos ver pela presente edição.

O Professor José Henrique Santos (ex-Reitor, professor do Departamento de Filosofia, da UFMG) em palestra na Escola do Legislativo, falou sobre "Ética e Política", não no sentido jornalístico dos termos, mas buscando suas origens no mundo grego, assunto mais pertinente à filosofia política, quando procura uma leitura diferente das tragédias, compreendendo que não se trata apenas da tragédia da necessidade, nem da tragédia do destino, mas da tragédia da liberdade.

O artigo do professor G. Scott Aikens, sobre a democracia eletrônica está na ordem do dia, nos EUA, e em breve deverá pautar as discussões por aqui. Resgatando historicamente a trajetória da democracia naquele país, o autor sublinha o papel e o peso da mídia na formação da opinião pública.

Uma entrevista inédita com o magistrado italiano Cataldo Motta, nos revela os bastidores da luta contra a Máfia, os limites da lei para a atuação dos juízes e do Ministério Público na Itália, bem como, a colaboração que houve entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário na busca de erradicar a corrupção e a concussão.

Grant Jordan, em artigo publicado originalmente no Parliamentary Affairs, da Universidade de Oxford, na Inglaterra, nos lança um desafio: "é possível uma política sem partidos políticos? Será esta uma tendência mundial, neste final de século?".

Completando-o, a seção "Documenta" nos traz o Regimento Interno de 1835, documento histórico que representa o primeiro conjunto de regras pelas quais os deputados mineiros de então conduziam seus trabalhos. Como vemos, são todos assuntos de interesse e que merecem leitura atenta.

Na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, temos a satisfação de apresentar o oitavo número dos "Cadernos". Ao fazê-lo, constatamos que sua validade se ratifica, na medida em que sua orientação segue atual e em consonância com a dinâmica dos tempos que correm.